

POPULAÇÃO

IBGE prevê resultado do Censo 2022 somente para abril

O levantamento do Censo 2022 terá seus resultados divulgados em abril, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). De acordo com o instituto, até o momento, cerca de 89 milhões de domicílios foram visitados e mais de 184 milhões de pessoas recenseadas.

Inicialmente, a previsão de conclusão do recenseamento era em outubro de 2022. Mas o prazo foi adiado para dezembro do mesmo ano. No entanto, ao divulgar o quarto balanço do levantamento ainda em dezembro, o instituto estimou que só seria possível concluir o Censo 2022 em janeiro de 2023.

“Em fevereiro e março, permanecerá em andamento o processo de revisão, controle de qualidade e apuração do Censo, com tentativas de reversão de recusas, revisitas a domicílios com morador au-



sente para realização de entrevistas, além de verificação de domicílios vagos, de uso ocasional, possíveis duplicidades e omissões e preparação para divulgação”, informou o IBGE em nota.

Segundo o especialista em orçamento público César Lima, o atraso do Censo impacta o repasse de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para diversas prefeituras do país. “Nós

temos municípios que nesse período tiveram um aumento significativo na sua população e não estão recebendo devidamente os recursos do Fundo de Participação dos Municípios. Os estados tam-

bém podem estar perdendo em relação ao fundo de participação dos estados e aqueles municípios que tiveram uma diminuição significativa podem estar recebendo indevidamente”, explica.

No último dia 23, o Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a decisão normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) que considerou o levantamento parcial do Censo 2022 como parâmetro para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no exercício de 2023.

Com a decisão do STF “os municípios que receberam a menos terão que ser ressarcidos. Isso indica que aqueles municípios que receberam a mais, também terão que ter seus valores diminuídos”, aponta César Lima.

De acordo com o instituto, a falta de pessoas, especialmente para a coleta de dados, foi um

dos motivos para a demora da pesquisa, o que causou o prolongamento do período da pesquisa.

Além da falta de mão de obra, o IBGE destaca entre os problemas: muitos domicílios com apenas um morador, mudanças no mercado de trabalho e questões relacionadas à segurança. “A previsão é de que o IBGE divulgue os resultados definitivos do Censo referentes à população dos municípios em abril de 2023”, enfatizou o instituto.

Censo 2022 Transparente

O IBGE esclareceu nesta terça-feira (24) que realiza “de forma transparente, com vários mecanismos de controle, seguindo rigorosamente todas as etapas necessárias e imprimindo qualidade em todas as fases da operação” uma das maiores operações censitárias do planeta.

Fonte: Brasil 61

ENTREVISTA

Luciana Medeiros explica solução sustentável para controlar Aedes aegypti



Uma solução inovadora e sustentável chamada Aedes do Bem foi desenvolvida pela multinacional de biotecnologia inglesa Oxitec, fundada na Universidade de Oxford e presente no Brasil desde 2011. Livre de inseticidas químicos, a tecnologia faz controle biológico do mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue, zika e chikungunya.

Segundo o último boletim epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, o Brasil registrou, em 2022, o maior número de mortes por dengue da história. Foram 1.016 óbitos pela doença, o que reforça a necessidade de medidas mais eficazes no controle do mosquito transmissor.

Mas como funciona essa tecnologia? Existe o risco de desequilíbrio no ecossistema? Confira na íntegra a entrevista com a coordenadora de Operações de Campo da Oxitec no Brasil, Luciana Medeiros.

Brasil 61: Qual o objetivo dessa nova tecnologia?

Luciana Medeiros: Essa tecnologia foi desenvolvida pela Oxitec, que é uma empresa de controle de pragas, controle biológico de pragas. Ela já existe há 20 anos, foi fundada na universidade de Oxford e já há 12 anos desenvolve o Aedes do Bem no Brasil. Então,

é uma tecnologia que já tem muitos anos de estudo, de inovação, e que foi desenvolvida pensando em fazer o controle biológico das pragas e insetos. Então, quando o Aedes do Bem é liberado das Caixas do Bem encontra as fêmeas no ambiente e, quando essas fêmeas cruzam com os machos aéreos do bem, ela só produz novos machos. Ao longo do tratamento a população de fêmeas diminui e, consequentemente, é controlada a população do Aedes aegypti no local tratado.

Brasil 61: Como vai funcionar essa medida de combate ao mosquito da dengue?

L. M.: Essa metodologia pode ser aplicada não só para governos, prefeituras, mas para o consumidor final, indústrias, comércio, porque tem uma flexibilidade grande e as caixinhas são projetadas para tratar aproximadamente 5.000 m². Essa é uma medida preventiva. Não é uma tecnologia corretiva, como quando é aplicado, por exemplo, o químico, o inseticida, a atomização, que normalmente é feita na correção de áreas que já tem, já estão com alta infestação. Então, o Aedes do Bem chega como um adjuvante, adicionando controle às medidas já existentes. Isso não exige, por exemplo, o morador de uma

cidade ou a pessoa que adquire a Caixa do Bem, de limpar o seu quintal, não exige a prefeitura de tomar as medidas de vigilância rotineiras, mas o Aedes do Bem faz com que os criadores da região tratada sejam encontrados, coisa que o inseticida não alcança às vezes, os nossos olhos não alcançam.

Brasil 61: Existe um local específico para colocar as caixas?

L. M.: Sim, as caixas foram projetadas para liberarem os mosquitos do lado de fora. A gente não trata o ambiente interno, mesmo porque os criadores estão do lado de fora. Então dentro da caixa tem um refil, que é um cestinho plástico e toda vez que você for ativar a caixa, você troca esse refil. O refil dura 28 dias, então adiciona o cesto plástico onde contém os ovos do Aedes do Bem e ativa essa caixa com água. O passo a passo é: colocar o cestinho, a cápsula de ovos, ativar com água e aí é o mosquito que faz o trabalho pela gente. Você volta nessa caixa dali a 28 dias apenas. Normalmente, dependendo do público, para prefeituras, ambientes que necessitam de um tratamento mais massivo, recomendamos uma dose maior, então cada ponto de liberação pode ter até tr caixas.

Brasil 61: Com a liberação do mosquito macho, não existe o risco de haver um desequilíbrio no ecossistema?

L. M.: Não existe. O Aedes do Bem foi extensivamente estudado. A autoridade que nos deu a aprovação para que o produto fosse comercializado é a CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) e exigem que a gente realize um estudo muito aprofundado de impacto ecológico para comprovar que não existe nenhum tipo de impacto. Esses estudos comprovaram que o Aedes do Bem não é tóxico, então qualquer diferença do Aedes do Bem para o Aedes aegypti e do ambiente que a gente teve que trazer para ter essa tecnologia, a gente pensou nisso para não causar nenhum tipo de impacto no ambiente. Então, tudo o que ele tem de diferente não é tóxico nem alergênico. O segundo ponto que foi estudado também é como ele entra na cadeia alimentar, então todos os animais que possam se alimentar de um Aedes aegypti, tivemos que fazer um monitoramento disso para saber se é algum tipo de impacto e não tem nenhum tipo de impacto. Outro impacto que também normalmente nos perguntam é se formos suprimir, se formos diminuir essa quantidade de

população, ele não vai fazer falta no ambiente. Então, o Aedes aegypti é um mosquito invasor, ele não é próprio do nosso ecossistema aqui no Brasil. Ele chegou aqui em 1980, depois de ser erradicado e se estabeleceu. Existem vários outros bichos que entram no lugar dele caso a gente tenha de controlar essa praga efetivamente.

Brasil 61: Onde o consumidor final, a população pode encontrar as Caixas do Bem?

Luciana Medeiros: Hoje em dia, o modelo “pró”, o qual consideramos profissional, tem uma dose maior de mosquitos, que é liberado. Então a gente indica para ambientes de governo, prefeituras e ambientes de áreas maiores, de balcones industriais e shoppings, por exemplo. Agora, para o consumidor final, a gente está em fase de desenvolvimento, entre janeiro e fevereiro. Até o fim de fevereiro, provavelmente a gente lança uma caixa, que é menor, tem praticamente um quarto da dose dessa caixa “pró” e é capaz de tratar os quintais. Essas caixinhas vão ser vendidas no varejo. Então, provavelmente os mercados locais vão conseguir comprar essa caixa e comercializar.

Brasil 61: Qual a importância da adoção de medidas mais

eficazes no controle do mosquito Aedes aegypti?

L. M.: A gente percebe que, ano a ano, chega o verão, a temporada de chuvas, dependendo do local do Brasil, porque tem locais que são calor o ano todo, mas o Aedes aegypti, nessa receita de calor, mais chuvas, eles começam se reproduzir em alta velocidade e a cada ano a gente percebe que ele está altamente adaptado, e tem evolução em qualquer tipo de tecnologia de inseticida, a maneira de se aplicar, então tem drone, existem químicos que são menos tóxicos e com maior eficiência, mas ainda assim o mosquito volta. Então, vemos muito as campanhas no rádio, na TV chegando nas nossas casas dizendo ‘Limpe o seu quintal, colabore’. Então tem tudo isso, o lado tecnológico mais o lado educacional e a gente sabe que essa receita volta a falhar e os mosquitos estão cada vez mais adaptados a ambientes que antigamente não eram. E o Aedes do Bem chega para complementar tudo isso, todas essas tecnologias não funcionam sozinhas, então quem sabe, com uma adoção massiva ao Aedes do Bem, vamos fazer com que esse controle esteja mais nas nossas mãos.

Fonte: Brasil 61

CÂMARA MUNICIPAL DE JALES

CÂMARA MUNICIPAL DE JALES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2022 A DEZEMBRO/2022

LRF, art. 48 – Anexo 6

RS 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente líquida	192.469.550,38
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	191.911.988,61
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	190.631.490,02

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	2.265.766,67	1,19
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=%>	11.437.889,40	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=%>	10.865.994,93	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <=%>	10.294.100,46	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	8.000,00	0,00

BISMARCK JUN ITI KUWAKINO
058.286.128-40
Presidente

MÁRCIO ERNICA
338.068.998-00
Dir. Div. Finanças

FÁBIO ROGÉRIO GALAN
181.542.078-26
Resp. Controle Interno

CÂMARA MUNICIPAL DE JALES

CAMARA MUNICIPAL DE JALES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2022 A DEZ/2022

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

RS 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022	MAI/2022	JUN/2022	JUL/2022	AGO/2022	SET/2022	OUT/2022	NOV/2022	DEZ/2022	(a)	
Vencimen e Vantagem Finan - Pessoal ativo	112.300,57	79.027,00	95.318,50	74.386,37	84.931,43	109.230,87	77.654,73	74.974,41	74.974,41	75.379,11	81.747,47	186.139,53	1.126.064,50	0,00
Contratação Temporária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tercatização de Mão-de-Obra (art.18, pto.1º da L.R.F.)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Agentes Públicos	51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00	49.933,33	51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00	617.533,33	0,00
Encargos Sociais	24.590,77	24.590,77	24.590,77	24.590,77	24.633,75	24.929,83	25.119,33	25.813,95	25.813,95	25.888,94	25.813,95	39.191,90	312.397,68	0,00
Inativos, Pensionistas e Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa e Obrigações (variáveis)	15.362,83	15.362,83	15.362,83	19.458,52	16.912,77	17.920,79	18.630,16	18.630,16	18.630,16	19.240,79	18.630,16	18.630,16	209.781,16	0,00
Despesa de Func. Auxílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL (I)	203.854,17	170.580,70	186.872,10	170.035,66	178.097,95	203.680,69	172.404,22	167.951,85	169.618,52	171.317,84	176.390,58	294.961,59	2.265.766,67	0,00
Despesas Decoreta Judicial e Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Danos e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Inativos e pensionistas custeadas com recursos vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL LIQUIDO (III) = (I - II)	203.854,17	170.580,70	186.872,10	170.035,66	178.097,95	203.680,69	172.404,22	167.951,85	169.618,52	171.317,84	176.390,58	294.961,59	2.265.766,67	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE RCL
RECETA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													192.469.550,38	
(*) Transferência obrigatória da União relativa às emendas individuais (art. 166-A, I, 1º, da CF/19)													557.561,77	
(*) Transferência obrigatória da União relativa às emendas de bancada (art. 166, I 3º da CF/19)													1.280.498,59	
RECETA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)													190.631.490,02	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + - III b)													2.265.766,67	1,19
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													11.437.889,40	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,5% x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													10.865.994,93	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,8% x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)													10.294.100,46	5,40

Nota:
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64
2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal

BISMARCK JUN ITI KUWAKINO
058.286.128-40
Presidente

MÁRCIO ERNICA
338.068.998-00
Dir. Div. Finanças

FÁBIO ROGÉRIO GALAN
181.542.078-26
Resp. Controle Interno

CÂMARA MUNICIPAL DE JALES

Camara Municipal de Jales
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
Referência: JANEIRO A DEZEMBRO /2022

1 of 1

RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso III, alínea “a”)

RS 1

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (g)=(a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados) (g)=(a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados) (i)=(g-h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras						
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício								
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)			
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS - Contrato de Roteio (I)	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	8.000,00	0,00			
Recursos Ordinários	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00			
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	-8.000,00			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	6.750,27	0,00	0,00	0,00	6.750,27	0,00	0,00	0,00			
Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências da FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outros Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outros Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repetição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos de Operações de Crédito (recursos vinculados à Educação e à S	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos Extraorçamentários	6.750,27	0,00	0,00	0,00	6.750,27	0,00	0,00	0,00			
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL (III) = (I - II)	14.750,27	0,00	0,00	0,00	6.750,27	0,00	8.000,00	8.000,00			

BISMARCK JUN ITI KUWAKINO
058.286.128-40
Presidente

MÁRCIO ERNICA
338.068.998-00
Dir. Div. Finanças

FÁBIO ROGÉRIO GALAN
181.542.078-26
Resp. Controle Interno

CONSIRJ

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERM. DE SAÚDE DA REGIÃO DE JALES – CONSIRJ
HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DE JALES – CONSIRJ, através do Senhor Presidente LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, **HOMOLOGA** o parecer da Pregoeira nomeada pela portaria nº. 354/2023, e **ADJUDICA** a contratação das empresas abaixo para fornecimento de medicamentos, materiais médicos e de enfermagem para o exercício de 2023, de forma parcelada, pelo critério de menor preço, referente ao **Processo nº. 02/2023 – Pregão Presencial nº. 02/2023**:

Nº. DOS LOTES GANHOS	EMPRESA VENCEDORA	VALOR R\$
36, 50, 54, 61 e 66	ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI CNPJ Nº. 03.945.035/0001-91	R\$ 45.754,50
02, 07, 08, 09, 12, 13, 25, 32, 38, 45, 48, 49, 56 e 60	CIRÚRGICA MEDSAÚDE HOSPITALAR BRASIL LTDA. CNPJ Nº. 37.760.282/0001-35	R\$ 426.509,00
14, 22, 26, 47 e 68	CIRURGICA OLIMPIO EIRELI – EPP CNPJ nº. 01.140.868/0001-50	R\$ 142.696,60
53	CIRÚRGICA ÔNIX - EIRELI CNPJ Nº. 20.419.709/0001-33	R\$ 978,00
10, 23, 29, 35, 39 e 41	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA. CNPJ Nº. 67.729.178/0004-91	R\$ 338.126,90
03, 04, 05, 18 e 30	DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA. CNPJ Nº. 56.081.482/0001-06	R\$ 31.909,10
21, 51 e 67	HOFFELDER E RIBEIRO LTDA CNPJ Nº. 41.114.339/0001-04	R\$ 53.698,00
01, 15, 28, 33, 52, 55, 63 e 70	INOVAMED HOSPITALAR LTDA CNPJ Nº. 12.889.035/0001-02	R\$ 118.942,00
16, 17, 37, 40 e 58	M & D COMERCIAL HOSPITALAR LTDA. CNPJ nº. 33.315.644/0001-28	R\$ 5.063,12
19, 24, 31, 44, 57, 59, 62, 64, 69 e 71	SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ Nº. 05.847.630/0001-10	R\$ 63.665,50
06	SÓQUIMICA LABORATORIOS LTDA CNPJ nº. 59.225.268/0001-74	R\$ 86.700,00
11, 27, 34, 42, 46 e 65	W.A. COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº. 43.232.006/0001-05	R\$ 182.491,00
20 e 43	LOTES FRACASSADOS	-----
TOTAL GERAL		R\$ 1.496.533,72

Jales/SP, 01 de Fevereiro de 2023.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Presidente

CONSIRJ

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DE JALES – CONSIRJ
EXTRATO DE CONTRATOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2023 - PROCESSO Nº. 02/2023

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DE JALES – CONSIRJ, através de seu Presidente SR. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, torna pública a contratação das empresas abaixo para fornecimento de medicamentos, para o exercício de 2023, de forma parcelada, pelo critério de menor preço, a saber:

Nº. DOS LOTES GANHOS	EMPRESA VENCEDORA	VALOR R\$	CONTRATO Nº
36, 50, 54, 61 e 66	ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI CNPJ Nº. 03.945.035/0001-91	R\$ 45.754,50	14/2023
02, 07, 08, 09, 12, 13, 25, 32, 38, 45, 48, 49, 56 e 60	CIRÚRGICA MEDSAÚDE HOSPITALAR BRASIL LTDA. CNPJ Nº. 37.760.282/0001-35	R\$ 426.509,00	15/2023
14, 22, 26, 47 e 68	CIRURGICA OLIMPIO EIRELI – EPP CNPJ nº. 01.140.868/0001-50	R\$ 142.696,60	16/2023
53	CIRÚRGICA ÔNIX - EIRELI CNPJ Nº. 20.419.709/0001-33	R\$ 978,00	17/2023
10, 23, 29, 35, 39 e 41	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA. CNPJ Nº. 67.729.178/0004-91	R\$ 338.126,90	18/2023
03, 04, 05, 18 e 30	DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA. CNPJ Nº. 56.081.482/0001-06	R\$ 31.909,10	19/2023
21, 51 e 67	HOFFELDER E RIBEIRO LTDA CNPJ Nº. 41.114.339/0001-04	R\$ 53.698,00	20/2023
01, 15, 28, 33, 52, 55, 63 e 70	INOVAMED HOSPITALAR LTDA CNPJ Nº. 12.889.035/0001-02	R\$ 118.942,00	21/2023
16, 17, 37, 40 e 58	M & D COMERCIAL HOSPITALAR LTDA. CNPJ nº. 33.315.644/0001-28	R\$ 5.063,12	22/2023
19, 24, 31, 44, 57, 59, 62, 64, 69 e 71	SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ Nº. 05.847.630/0001-10	R\$ 63.665,50	23/2023
06	SÓQUIMICA LABORATORIOS LTDA CNPJ nº. 59.225.268/0001-74	R\$ 86.700,00	24/2023
11, 27, 34, 42, 46 e 65	W.A. COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº. 43.232.006/0001-05	R\$ 196.951,00	25/2023


CONSIRJ

ORDEM DE SERVIÇO/FORNECIMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2023
PROCESSO Nº. 02/2023


O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DE JALES – CONSIRJ, através de seu Presidente **SR. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, expede a presente **ORDEM DE SERVIÇO/FORNECIMENTO** para que as empresas abaixo relacionadas, ganhadoras do Pregão Presencial nº. 02/2023 – Processo nº. 02/2023 inicie o fornecimento de **MEDICAMENTOS**, de forma parcelada de acordo com as necessidades da contratante para uso no exercício de 2023, na data de **01/02/2023**.

Nº. DOS LOTES GANHOS	EMPRESA VENCEDORA	VALOR R\$	CONTRATO Nº
36, 50, 54, 61 e 66	ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI CNPJ Nº. 03.945.035/0001-91	R\$ 45.754,50	14/2023
02, 07, 08, 09, 12, 13, 25, 32, 38, 45, 48, 49, 56 e 60	CIRÚRGICA MEDSAÚDE HOSPITALAR BRASIL LTDA. CNPJ Nº. 37.760.282/0001-35	R\$ 426.509,00	15/2023
14, 22, 26, 47 e 68	CIRURGICA OLIMPIO EIRELI – EPP CNPJ Nº. 01.140.868/0001-50	R\$ 142.696,60	16/2023
53	CIRÚRGICA ÔNIX - EIRELI CNPJ Nº. 20.419.709/0001-33	R\$ 978,00	17/2023
10, 23, 29, 35, 39 e 41	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA. CNPJ Nº. 67.729.178/0004-91	R\$ 338.126,90	18/2023
03, 04, 05, 18 e 30	DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA. CNPJ Nº. 56.081.482/0001-06	R\$ 31.909,10	19/2023
21, 51 e 67	HOFFELDER E RIBEIRO LTDA CNPJ Nº. 41.114.339/0001-04	R\$ 53.698,00	20/2023
01, 15, 28, 33, 52, 55, 63 e 70	INOVAMED HOSPITALAR LTDA CNPJ Nº. 12.889.035/0001-02	R\$ 118.942,00	21/2023
16, 17, 37, 40 e 58	M & D COMERCIAL HOSPITALAR LTDA. CNPJ nº. 33.315.644/0001-28	R\$ 5.063,84	22/2023
19, 24, 31, 44, 57, 59, 62, 64, 69 e 71	SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ Nº. 05.847.630/0001-10	R\$ 63.665,50	23/2023
06	SÓQUIMICA LABORATORIOS LTDA CNPJ nº. 59.225.268/0001-74	R\$ 86.700,00	24/2023
11, 27, 34, 42, 46 e 65	W.A. COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº. 43.232.006/0001-05	R\$ 196.951,00	25/2023

Jales/SP, 01 de Fevereiro de 2023.
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 45.135.530/0001-85



Santa Albertina
Governando para todos!

CONVITE PARA AUDIENCIA PÚBLICA
METAS FISCAIS 3º QUADRIMESTRE 2022

A Prefeitura Municipal de Santa Albertina/SP convida a população em geral para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, visando avaliação e o cumprimento dos resultados e metas fiscais relativos ao 3º Quadrimestre do exercício de 2022, de acordo com as obrigações da Lei complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como referente à Saúde – Avaliação das ações e do cumprimento das metas da saúde no 3º quadrimestre de 2022.

Referida audiência pública será realizada no dia nove de fevereiro (09/02/2023) do corrente ano, a partir das 18:00 horas (setor de Saúde) e a partir das 19:00 (Contabilidade) no prédio da Câmara Municipal.

OBS: Devido a Pandemia do Coronavírus (Covid-19), serão adotadas medidas preventivas e obrigatórias:

- Uso de máscaras;
- Tossir ou espirrar, cubra o nariz e boca com lenço ou com o braço, e não com as mãos;
- Mantenha uma distância no mínimo cerca de 2 metros;
- O ambiente estará limpo e bem ventilado;
- Haverá disponibilidade a higienização com álcool em gel 70%.

Santa Albertina - SP, 02 de fevereiro de 2023.

GERSON FORMIGONI JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

R. Armino Pilhalarmi, 1121 - CEP: 15750-00 - Santa Albertina/SP - Fone: (17) 3633-9300 - email: santaalbertina@santaalbertina.sp.gov.br



Câmara Municipal de Aspásia
Tel/Fax (0xx17) 3864-1203
RUA JOSÉ GONÇALVES VALENTIM, 145 – CENTRO – CEP 15.763-000 – ASPÁSIA/SP

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: 001/2.023
CONVITE: 001/2.023
CONTRATO: 004/2.023

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ASPÁSIA/SP
Endereço: Rua José Gonçalves Valentim, nº 145 – Bairro: Centro
Cep: 15.763-000 – Aspásia-SP
CNPJ: 01.633.543/0001-09

CONTRATADA: THIAGO DE JESUS FRANCISCO - ME
Endereço: Rua Pinheiro nº 458 – Bairro: Centro
CEP:15.763 - 000 – Aspásia-SP
CNPJ Nº 33.415.010/0001-47

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos em consultoria contábil, financeira, orçamentária e folha de pagamento, objetivando o atendimento as disposições contidas nas instruções normativas do TCE-SP, bem como a normatização emanada pela secretaria do Tesouro Nacional-STN, serviço de apoio ao setor de tesouraria nos lançamentos de receitas e despesas auxiliando nos fechamentos das conciliações bancárias pelo período de 12 (doze) meses.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato inicia-se na data de 01 de fevereiro de 2.023 estendendo-se até o dia 01 de fevereiro de 2.024.

VALOR MENSAL: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).
VALOR GLOBAL: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

ASSINATURA: 01 de fevereiro de 2.023.

Aspásia, em 01 de fevereiro de 2.023.

Laurinaldo de Oliveira

Presidente da Câmara Municipal



Câmara Municipal de Aspásia
Tel/Fax (0xx17) 3864-1203
RUA JOSÉ GONÇALVES VALENTIM, 145 – CENTRO – CEP 15.763-000 – ASPÁSIA/SP

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: 002/2.023
DISPENSA: 001/2.023
CONTRATO: 001/2.023

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ASPÁSIA/SP
Endereço: Rua José Gonçalves Valentim, nº 145 – Bairro: Centro
Cep: 15.763-000 – Aspásia-SP
CNPJ: 01.633.543/0001-09

CONTRATADA: LUCIANA CRISTINA POSSEBOM BOLOGNA JALES ME
Rua Pedro Modesto Andreo Padilha, nº 74 – Bairro: Parque Industrial II
Cep: 15.708-034 – Jales - SP
CNPJ: 03.244.678/0001-08

ASSUNTO: Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de Publicação de Atos Administrativos e Textos legais da Câmara Municipal de Aspásia pelo período de 12 (doze) meses.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato inicia-se na data de 01 de fevereiro de 2.023 estendendo-se até o dia 01 de fevereiro de 2.024.

VALOR MENSAL: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).
VALOR GLOBAL: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

ASSINATURA: 31 de janeiro de 2.023.

Aspásia, em 31 de janeiro de 2.023.

Laurinaldo de Oliveira

Presidente da Câmara Municipal



Câmara Municipal de Aspásia
Tel/Fax (0xx17) 3864-1203
RUA JOSÉ GONÇALVES VALENTIM, 145 – CENTRO – CEP 15.763-000 – ASPÁSIA/SP

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: 003/2.023
DISPENSA: 002/2.023
CONTRATO: 002/2.023

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ASPÁSIA/SP
Endereço: Rua José Gonçalves Valentim, nº 145 – Bairro: Centro
Cep: 15.763-000 – Aspásia-SP
CNPJ: 01.633.543/0001-09

CONTRATADA: OMAR GONÇALVES CONEJO 36097359888
Rua Santos, nº 454 – Bairro: Centro
Cep: 15763-000 - Aspásia-SP
CNPJ: 27.990.228/0001-22

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço para correção, manutenção, atualização e alimentação de Website institucional e prestação de serviço de filmagem, gravação e quando necessário à transmissão ao vivo das sessões da Câmara Municipal de Aspásia, pelo período de 12 (doze) meses.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato inicia-se na data de 01 de fevereiro de 2.023 estendendo-se até o dia 01 de fevereiro de 2.024.


VALOR MENSAL: R\$ 800,00 (oitocentos reais).
VALOR GLOBAL: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

ASSINATURA: 31 de janeiro de 2.023.

Aspásia, em 31 de janeiro de 2.023.

Laurinaldo de Oliveira

Presidente da Câmara Municipal



Câmara Municipal de Aspásia
Tel/Fax (0xx17) 3864-1203
RUA JOSÉ GONÇALVES VALENTIM, 145 – CENTRO – CEP 15.763-000 – ASPÁSIA/SP

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2.023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Laurinaldo de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Aspásia /SP, no uso das atribuições legais e com fundamento no Artigo 24 Inciso II da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/93, com suas alterações pela Lei nº 8.883 de 08/06/94.

HOMOLOGAR E ADJUDICAR a justificativa para dispensa de Licitação, bem como ratificá-la “in totum” para fim de declarar dispensada de Licitação para “**Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de Publicação de Atos Administrativos e Textos legais da Câmara Municipal de Aspásia pelo período de 12 (doze) meses**”, com valor global de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

REGISTRE-SE


PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE.

Câmara Municipal de Aspásia, Estado de São Paulo, em 30 de Janeiro de 2023.

Laurinaldo de Oliveira

Presidente da Câmara



Câmara Municipal de Aspásia
Tel/Fax (0xx17) 3864-1203
RUA JOSÉ GONÇALVES VALENTIM, 145 – CENTRO – CEP 15.763-000 – ASPÁSIA/SP

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2.023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Laurinaldo de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Aspásia /SP, no uso das atribuições legais e com fundamento no Artigo 24 Inciso II da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/93, com suas alterações pela Lei nº 8.883 de 08/06/94.

HOMOLOGAR E ADJUDICAR a justificativa para dispensa de Licitação elaborada pelo setor de Licitações e Comissão, bem como ratificá-la “in totum” para fim de declarar dispensada de Licitação para “**Contratação de empresa especializada na prestação de serviço para correção, manutenção, atualização e alimentação de Website institucional e prestação de serviço de filmagem, gravação e quando necessário à transmissão ao vivo das sessões da Câmara Municipal de Aspásia, pelo período de 12 (doze) meses**”, com valor global de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE.

Câmara Municipal de Aspásia, Estado de São Paulo, em 31 de janeiro de 2023.

LAURINALDO DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA



Câmara Municipal de Aspásia
Tel/Fax (0xx17) 3864-1203
RUA JOSÉ GONÇALVES VALENTIM, 145 – CENTRO – CEP 15.763-000 – ASPÁSIA/SP

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2.023.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Laurinaldo de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Aspásia /SP, no uso das atribuições legais e com fundamento no Artigo 24 Inciso II da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/93, com suas alterações pela Lei nº 8.883 de 08/06/94.

HOMOLOGAR E ADJUDICAR a justificativa para dispensa de Licitação elaborada pelo setor de Licitações e Comissão, bem como ratificá-la “in totum” para fim de declarar dispensada de Licitação para “**Contratação de empresa especializada em fornecimento de link de acesso à internet dedicado bidirecional FULL duplex, capacidade de emissão, transmissão e recepção de informações multimídia através da rede IP multiserviços através de rede em fibra óptica com protocolo ipv4 e ipv6, com velocidade de 20 (vinte) megas para uso na Câmara Municipal de Aspásia, pelo período de 12 (doze) meses**”, com valor global de R\$ 5.160,00 (cinco mil cento e sessenta reais).

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE.

Câmara Municipal de Aspásia, Estado de São Paulo, em 31 de Janeiro de 2023.

LAURINALDO DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA

EMPREENDEDORISMO

MEIs de todo o Brasil já podem emitir Nota Fiscal de Serviço Eletrônica no padrão nacional

Microempreendedores individuais (MEIs) de todo o Brasil já podem emitir a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) de padrão nacional, mesmo que o município não esteja conveniado à plataforma. Hoje, a emissão é facultativa, e o MEI pode optar pela emissão segundo as regras municipais. Mas, a partir do dia 3 de abril, será obrigatória a emissão da NFS-e nacional para MEIs prestadores de serviço e nas operações entre empresas.

Depois de anos em desenvolvimento conduzido pela Receita Federal do Brasil (RFB), a emissão da primeira NFS-e de padrão nacional por um MEI, de um município não conveniado à plataforma, foi realizada no dia 18 de janeiro deste ano, em um evento simbólico. O Serviço Brasileiro de Apoio às

Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), prestador de serviços do MEI de Brasília (DF), foi responsável pela emissão.

Como emitir

É possível emitir a Nota Fiscal Eletrônica por meio do aplicativo NFSe mobile, disponível para dispositivos Android e iOS.

De acordo com a coordenadora do Núcleo de Simplificação da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae, Helena Rego, essa é uma medida revolucionária, já que padroniza e facilita a vida do microempreendedor. “Ainda há a emissão em papel em muitos municípios. E com o aplicativo da Receita, depois que fizerem o cadastro, também on-line, em apenas três cliques, os microempreendedores individuais terão emitido a sua



nota fiscal”, pontua.

Além disso, é possível emitir a Nota Fiscal mesmo sem internet, com a opção off-line. Quando o microempreendedor estiver conec-

tado à internet, ela será repassada para a Receita. Para Helena Rego, o aplicativo digital melhora a experiência do MEI e, consequentemente, o ambiente de negócios

brasileiro. “Menos tempo que o empreendedor tem que gastar com as obrigações acessórias, podendo se dedicar mais para a gestão”, afirma.

Atualmente, são 14,7 milhões de profissionais MEI registrados no país, a maioria no ramo de pequenos serviços. Joana dos Santos faz parte desse grupo. Ela é dona de um comércio localizado em Ceilândia, no Distrito Federal. Além da loja física, a empreendedora também vende pelo Instagram e pretende criar um site. “Eu quero ampliar minha loja, vender também on-line. Agora, isso vai facilitar muito, já que está fácil emitir a nota fiscal eletrônica, pelo aplicativo mesmo”, explica.

Hoje, a NFS-e conta com a adesão de 180 municípios, sendo 18 capitais, que correspondem a cerca de 50% do volume total de Notas Fiscais de Serviço emitidas no Brasil.

Fonte: Brasil 61

SAÚDE DOS BEBÊS

Prolongar aleitamento materno depois dos 12 meses diminui consumo de açúcar e chances de cárie nas crianças de até dois anos, diz estudo

Um estudo coordenado por uma pesquisadora brasileira concluiu que prolongar o aleitamento materno para além dos 12 meses de idade ajuda a diminuir as chances de cárie na primeira infância. Isso ocorre porque essas crianças consomem menos açúcares na comparação com aquelas que têm a interrupção precoce da amamentação.

A pesquisa acompanhou 800 crianças nascidas entre 2015 e 2016 no município de Cruzeiro do Sul (AC). A PhD em odontopediatria e primeira autora do trabalho, Jenny Abanto, explica que a inclusão de açúcar na dieta das crianças é a principal causa para a incidência de cárie até os dois anos de idade, o que é potencializado pelo fim precoce do aleitamento materno.



dáveis por essa criança, sendo que ela não terá um consumo alto de açúcares”.

A cárie afeta mais de 600 milhões de crianças no mundo todo, de acordo com a Associação Internacional de Odontopediatria (IAPD). Quando ocorre na primeira infância, ou seja, até os seis anos, pode levar à dor crônica, infecções e outros problemas. Tanto a OMS quanto a IAPD recomendam a não ingestão de açúcares pelas crianças de até dois anos.

Embora tenha o açúcar como principal vilão, a cárie é uma doença multifatorial, explica Ilana Marques, odontopediatra. Além de uma alimentação cariogênica – com excesso de açúcar –, a higiene bucal inadequada, falta de flúor e composição salivar podem contribuir para a doença. Nos casos mais graves, pode, inclusive, levar à morte do paciente.

“Ela se manifesta, inicialmente, com manchas brancas, que podem evoluir para manchas amarelas e, então, se tornar cavidades, podendo

destruir o esmalte do dente, chegar até o canal, provocando, assim, uma infecção que, se não cuidada, pode levar até a morte”.

Outra descoberta importante do trabalho, de acordo com os pesquisadores, foi que prolongar o aleitamento materno (após um ano de idade) só pode causar cáries, como alguns estudos apontaram, se houver açúcar na dieta. Sozinho, o leite materno é incapaz de afetar a primeira dentição das crianças, explica Abanto.

“Os estudos prévios tinham mostrado uma associação entre o aleitamento materno além do primeiro ano de vida e a cárie dentária. Também observamos tal associação, embora fraca. E o mais importante: essa associação está mediada pelo consumo de açúcares do bebê, coisa que os estudos anteriores nem sempre tinham mostrado. Ou seja, o leite materno por si só não contribuiria no desenvolvimento da cárie, mas, sim, os açúcares que já estão presentes na dieta do bebê”,


ressalta.

“Esse consumo diário acaba fazendo com que o açúcar da dieta mude a estrutura e a composição da placa dentária, e essa placa dentária torna-se mais porosa, mais pegajosa, o que a gente chama de mais cariogênica, e aí o leite materno que, por si só, não teria potencial acidogênico ou para induzir uma lesão de cárie, muda um pouco a sua característica, poderia ser visto com algum grau, mesmo que fraco, de risco”, completa.

Das 800 crianças acompanhadas pelos pesquisadores, 22,8% tiveram cárie, isto é, duas em cada dez. Além disso, apenas 2,8% nunca havia ingerido a substância até os 24 meses. Já duas em cada três tinham consumido alimentos com açúcar mais de cinco vezes ao dia. Durante o primeiro ano de vida, apenas 7,6% nunca havia ingerido açúcar.

Os resultados do estudo foram publicados na revista Community Dentistry and Oral Epidemiology.

Fonte: Brasil 61




Câmara Municipal de Aspásia
Tel/Fax (0xx7) 3664-1203
RUA JOSÉ GONÇALVES VALENTIM, 145 – CENTRO – CEP 15.763-000 – ASPÁSIA/SP

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: 004/2.023
DISPENSA: 003/2.023
CONTRATO: 003/2.023
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ASPÁSIA/SP
Endereço: Rua José Gonçalves Valentim, nº 145 – Bairro: Centro
Cep: 15.763-000 – Aspásia-SP
CNPJ: 01.633.543/0001-09
CONTRATADA: WCONNECT WIRELESS INFORMÁTICA LTDA – ME
Avenida Brasil, nº 606 – Bairro: Centro
Cep: 15.760-000 – Urânia - SP
CNPJ: 12.925.847/0001-66
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de link de acesso à internet dedicado bidirecional FULL duplex, capacidade de emissão, transmissão e recepção de informações multimídia através da rede IP multiserviços através de rede em fibra óptica com protocolo ipv4 e ipv6, com velocidade de 20 (vinte) megas para uso na Câmara Municipal de Aspásia, pelo período de 12 (doze) meses.
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato inicia-se na data de 01 de fevereiro de 2.023 estendendo-se até o dia 01 de fevereiro de 2.024.
VALOR MENSAL: R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais).
VALOR GLOBAL: R\$ 5.160,00 (cinco mil cento e sessenta reais).
ASSINATURA: 31 de janeiro de 2.023.

Aspásia, em 31 de janeiro de 2.023.

Laurinaldo de Oliveira
Presidente da Câmara Municipal



Câmara Municipal de Aspásia
Tel/Fax (0xx7) 3664-1203
RUA JOSÉ GONÇALVES VALENTIM, 145 – CENTRO – CEP 15.763-000 – ASPÁSIA/SP

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CARTA CONVITE Nº 001/2.023
PROCESSO Nº 001/2.023
LAURINALDO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara de Aspásia/SP, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei...
FAZ SABER, a todos quantos interessados possa, examinado a presente licitação, Carta Convite nº 001/2.023, e, considerando o **PARECER** da Comissão Permanente de Licitação designada para realizar os procedimentos licitatórios desta Câmara, bem como todo o processo, verificou que a mesma está em conformidade com a Lei nº 8.666/93, com suas alterações e o Edital. Perfeitamente em ordem, todo o processo, sem irregularidade ou nulidade a se corrigir ou sanar. Assim, **HOMOLOGO** a presente licitação nos termos do art. 43 inciso VI da mencionada Lei nº 8.666/93. Nesses termos, considerando satisfatória a proposta apresentada e classificadas em primeiro lugar, com preço compatível com edital, o que satisfaz plenamente os interesses econômicos desta Câmara Municipal, **ADJUDICO** como adjudicado a firma: **THIAGO DE JESUS FRANCISCO - ME**, pessoa jurídica de direito privado com sede a Rua Pinheiro nº 458, Centro, na cidade de Aspásia, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 33.415.010/0001-47, para prestação de serviços técnicos em consultoria contábil, financeira, orçamentária e folha de pagamento, objetivando o atendimento as disposições contidas nas instruções normativas do TCE-SP, bem como a normatização emanada pela secretaria do Tesouro Nacional-STN, serviço de apoio ao setor de tesouraria nos lançamentos de receitas e despesas auxiliando nos fechamentos das conciliações bancárias pelo período de 12 (doze) meses.

REGISTRE-SE	PUBLIQUE-SE	CUMPRE-SE.
-------------	-------------	------------

Câmara Municipal de Aspásia, Estado de São Paulo, em 01 de fevereiro de 2.023.

LAURINALDO DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal